

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.601 - RS (2019/0230294-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADOS** : RÉGIS BIGOLIN - RS059575  
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815  
NADINE MARCELA WAGNER LUCCA - RS068886  
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS0044277  
**AGRAVADO** : PAULO ROBERTO DELFINI VIANA  
**AGRAVADO** : GUILHERME PASCOAL LIMA  
**AGRAVADO** : JUSSARA GISLAINE PINTO PEREIRA DA COSTA  
**AGRAVADO** : ROMEO INACIO RAMOS PEREIRA DA COSTA  
**AGRAVADO** : ROGERIO ROSA DE PAULA  
**AGRAVADO** : SAID MOHAMAD EL KADRI  
**ADVOGADOS** : ODILON MARQUES GARCIA JUNIOR - RS040469  
IVONE DA FONSECA GARCIA - RS036827

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial manifestado em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAÇÃO ATLÂNTICO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RESERVA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DEVER DE OBSERVÂNCIA AO TÍTULO JUDICIAL EXECUTADO. PRECLUSÃO DA MATÉRIA TRAZIDA PELA RECORRENTE.

1. Os agravados ajuizaram demanda pleiteando, em suma, a reposição dos expurgos inflacionários em relação aos valores já recebidos a título de Reserva de Poupança.
2. Insurge-se a agravante contra a decisão que desacolheu seus argumentos acerca da incorretude do cálculo realizado pelo Perito, alegando que o autor Said Mohamad El Kadri realizou a migração com a Reserva Matemática, e não Reserva de Poupança, o que gerou um resgate pelo participante de valor superior ao da Reserva de Poupança, o que, na esteira de suas alegações, consubstanciou em excesso de execução.
3. Tal fato trazido pela parte agravante deveria, se assim pretendesse, ter sido levantado na fase de conhecimento. Uma vez existente título

executivo judicial determinando o pagamento das diferenças relacionadas aos expurgos inflacionários incidentes sobre a Reserva de Poupança anteriormente resgatada pelo beneficiário, não há falar em afastamento ou alteração da referida determinação, sob pena de ofensa à coisa julgada.

4. A verba referente ao cumprimento de sentença deve observar os valores incorporados em benefício da parte credora, não havendo como reformar a decisão- a qual reconheceu o direito do credor em receber diferenças relativas aos expurgos inflacionários incidentes sobre o resgate de sua reserva de poupança.

5. Ademais, intimado diversas vezes o Perito para esclarecimentos, este manifestou-se alegando a correteza do cálculo realizado, o qual observou eventuais valores depositados pela executada.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Em suas razões do recurso, a parte agravante sustentou violação do art. 1022 do novo Código de Processo Civil. Alegou negativa de vigência ao referido dispositivo legal, afirmando que "O acórdão embargado foi omissivo sobre a correta metodologia de cálculo da condenação, senão, e por conseguinte, omissivo sobre os equívocos cometidos pelo SR. Perito na apuração dos valores devidos. Há omissão, assim, sobre os fundamentos da Entidade em sede do agravo de instrumento no ponto, especificamente quanto à situação cadastral do autor/agravado SAID" (fl. 387).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante à alegação de ofensa ao art. 1022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que não merece prosperar. Isso porque não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS

MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. (...).
3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016.)

Nesse sentido, verifico que a Corte local decidiu a questão tratada na presente demanda de forma fundamentada, conforme se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 344-345, e-STJ):

Insurge-se a agravante contra a decisão que desacolheu seus argumentos acerca da incorretude do cálculo realizado pelo Perito, alegando que o autor Said Mohamad El Kadri realizou a migração com a Reserva Matemática, e não Reserva de Poupança, o que gerou

um resgate pelo participante de valor superior ao da Reserva de Poupança, o que, na esteira de suas alegações, consubstanciou em excesso de execução.

Desde já, adianto que o recurso não merece provimento.

Isso porque, consoante bem delineado pelo Juízo de Origem, tal fato trazido pela parte agravante deveria, se assim pretendesse, ter sido levantado na fase de conhecimento. Uma vez existente título executivo judicial determinando o pagamento das diferenças relacionadas aos expurgos inflacionários incidentes sobre a Reserva de Poupança anteriormente resgatada pelo beneficiário, não há falar em afastamento ou alteração da referida determinação, sob pena de ofensa à coisa julgada.

Ademais, intimado diversas vezes o Perito para esclarecimentos, este manifestou-se alegando a corretude do cálculo realizado, o qual observou eventuais valores depositados pela executada.

Assim, não há falar em reforma da decisão recorrida, especialmente por conta da preclusão da matéria trazida pelo recorrente, vez que o feito se encontra em fase de cumprimento de sentença, estando correto o valor apurado pelo Perito, eis que em consonância com o título executivo judicial, que previu valores em favor à parte agravada, por conta dos expurgos inflacionários incidentes em questão.

Assim, observo que não se viabiliza o recurso especial pela indicada ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, uma vez que, no presente caso, a Câmara julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção, com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Se a decisão não correspondeu, no entanto, à expectativa da parte, não deve, por isso, ser imputado vício ao julgado.

A propósito, nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte

Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

2. Revela-se inviável alterar o entendimento das instâncias ordinárias que, com apoio nos elementos de prova, concluíram pela inexistência de elementos capazes de desconstituir o acórdão rescindendo. Para tanto, foram considerados a existência de má-fé na posse do agravante e o fato de que as benfeitorias realizadas na área rural são úteis e não necessárias sendo, portanto, incabível a indenização pleiteada, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.608.804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.10.2016, DJe 27.10.2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Por fim, deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora